

Revista

ESPACO



APCEF/SP

Revista nº 93 - edição especial - janeiro/2018



**Por que os bancos
privados querem a Caixa?**



ao PAG. da DIVIDA EXTERNA
NEM PACTO NEM PAZOS da CAIXA ECONOMICA FED.

ao PAG. da DIVIDA EXTERNA
NEM PACTO NEM PAZOS da CAIXA ECONOMICA FED.

ASSIM BANCARIOS da CAIXA ECONOMICA FED.

RENDIMTIR PARA NAO DESTRUIR
CEP UNIAO PAZOS SOCIAL
GREVE NAO E CRIANLE
REDDMITAM NOSSOS COMPANHEIROS
EMPREGADOS DE CEP UNIAO PAZOS SOCIAL

NEM PACTO NEM PAZOS da DIVIDA EXTERNA
BANCARIOS da CAIXA ECONOMICA FED.

ASSIM NAO DA ADIAMENTO JA
BANCARIOS da CAIXA ECONOMICA FED.

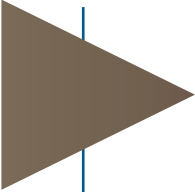
SINDICALIZACAO

CONTROLES TRANSFERENCIAS ARBITRARIAS
CEP GERAIA SP

1842

Bem-vinda Inquisição

Bem-vinda Colônia



Ao se submeter aos donos da virtude, o país caminha célere à Inquisição, prática das condenações sem julgamentos e de pregadores que repudiam cores e desejos próprios da natureza, natureza de cada um ou de muitos, a eles não importa. O ato de fé está de volta, com o requinte da transmissão em rede nacional.

E ao se submeter aos donos da economia, o país volta rápido à condição colonial. Que venha o século XVI. Nada de indústria que agregue valor. Nada de algum naco de riqueza a quem a produz. Nada de regulamentos ou garantias. O mercado não admite mais custos ao suado capital dos que almejam se inserir entre as seis famílias que, juntas, detêm no país patrimônio equivalente ao de 100 milhões de seus concidadãos. Salve o sistema!

A riqueza do pré-sal, descoberta pela Petrobras, tratada por neoliberais como pretossauco, é cedida à Exxon, Repsol, British e Shell, anglo-holandesa que, reconheça-se, foi gentil em emprestar seu nome a uma medida provisória do governo Temer em novembro, a MP da Shell, por meio da qual se concede R\$ 1 trilhão em isenções fiscais a empresas petroleiras até 2040.

A energia fica com estatais chineses, os eucaliptos também, e que não se acuse ninguém de privatista nestes casos.

Caso de privatização é o da educação, há algum tempo alcançada por fundos franceses e estadunidenses que aguardam a degradação da universidade pública para incremento da demanda. A saúde também virou negócio, pois sacerdócio é prática mais afeita à maior das Antilhas. O mercado se ampliará com a MP do fim do mundo, que congela investimentos - para os neoliberais, meros gastos - por 20 anos. Claro que na lista de congelados também estão os produtos de previdência.

Mas já que o tema é negócio, esta edição da revista Espaço trata de três dos grandes, para os quais o mercado volta seus olhos.

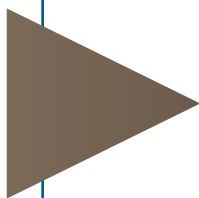
A previdência complementar dos bancários da Caixa, com seus quase R\$ 60 bilhões em ativos e 130 mil participantes, pode virar produto de um banco qualquer quando da aprovação de medidas em tramitação na Câmara Federal. O Saúde Caixa, com rede nacional e 300 mil vidas, pode cair nas mãos de uma seguradora e seus índices de sinistralidade. E, claro, a própria Caixa. O sistema financeiro é controlado por três grandes instituições privadas de varejo, além de uma meio pública, meio privada. Para que mantenham seu ritmo de crescimento, os bancos continuarão fazendo o que fazem há 20 anos: eliminar concorrentes. Entre estes, sobrou a Caixa.

A criminalização das direções tem por intenção desmoralizar a gestão da saúde ou da previdência como direito do trabalhador, e o próprio banco como agente de políticas de Estado. É apenas isso, não há outra preocupação. O Ministério Público faz sua parte sugerindo à Caixa a escolha de vice-presidentes com o auxílio de headhunter, os caçadores de gente de mercado. A Caixa foi dirigida no governo Collor por banqueiros, que deixaram como marca a falta de investimentos, nenhum novo produto e a instituição das demissões em massa por estar o banco, segundo eles, "inchado".

Mais gente de mercado se prestará, apenas, a encontrar o meio mais eficaz de, em um final de semana, adicionar ao arquivo de clientes de seu próprio banco ou seguradora os clientes da instituição ou serviço que se recebe. Mais riqueza para alguns poucos. Base de clientes atualizada, os agora ex-empregados serão disponibilizados ao mercado.

*Diretoria Executiva
Gestão Nossa Luta*

**Estão de olho
na Caixa**



Como é comprometido com o capital, o governo de Michel Temer tem o óbvio objetivo de diminuir o papel de todas as empresas públicas na economia. No caso dos bancos, e particularmente da Caixa, as perspectivas não são diferentes: “se é Estado mínimo, não precisa de empresa pública”. A lógica é entregar tudo o que dá lucro à iniciativa privada.

A Caixa registrou lucro líquido de R\$ 2,17 bilhões no terceiro trimestre deste ano. Tem mais de 80 milhões de correntistas e poupadores e é líder no mercado imobiliário. Em junho, a carteira de crédito do banco somava R\$ 715,9 bilhões, 3,5% maior que há 12 meses, com participação de mercado de 22,8%.

A carteira imobiliária cresceu 7% em 12 meses, com saldo de R\$ 421,4 bilhões. Os créditos concedidos com recursos do FGTS representam R\$ 221,9 bilhões. Já as operações de crédito com recursos da poupança apresentam saldo de R\$ 199,5 bilhões. A Caixa ganhou 1,3 ponto percentual de participação no mercado imobiliário, mantendo a liderança com 68,1% de participação. A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 62,1 bilhões de janeiro a junho de 2017. As Loterias arrecadaram R\$ 6,2 bilhões no primeiro semestre de 2017.

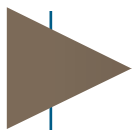
Todo esse dinheiro faz crescer os olhos de qualquer banqueiro, já que uma das formas de os bancos privados crescerem é incorporando ativos de outros bancos.

A Caixa está entre os quatro maiores bancos do país e, claro, é um grande filão do mercado financeiro.

NÚMEROS DE ENCHER OS OLHOS	
Lucro líquido do terceiro semestre	R\$ 2,17 bilhões
Correntistas e poupadores	80 milhões
Carteira de crédito (junho/17)	R\$ 715,9 bilhões
Carteira imobiliária	R\$ 421,4 bilhões
Arrecadação do FGTS	R\$ 62,1 bilhões
Créditos concedidos com recursos do FGTS	R\$ 221,9 bilhões
Operações de crédito com recursos da poupança	R\$ 199,5 bilhões
Arrecadação das loterias	R\$ 62,1 bilhões

**Dados de junho de 2017.*

Um pouco da história da Caixa Econômica Federal



A primeira menção oficial à criação das Caixas Econômicas do Brasil foi feita na Lei dos Entraves, promulgada em agosto de 1860. Tal lei foi instituída para “combater os juros escorchantes e inapeláveis” cobrados pelos agiotas e casas de agiotagem do Rio de Janeiro.

Nasceu para apoiar o esforço de desenvolvimento nacional com o estímulo à poupança e à concessão de empréstimos em condições favoráveis. A instituição propunha-se a ser o banco dos pobres ou, nas palavras do Visconde do Rio Branco, “o cofre seguro das classes menos favorecidas”.

Ao longo dos anos tornou-se também o banco da liberdade e da segurança. É reconhecida por realizar o sonho da casa própria, de ganhar na Loteria e na Mega Sena, do FGTS e do Minha Casa Minha Vida, do seguro-desemprego, da agência-barco, do Bolsa Família e do FIES.

Sua história confunde-se com a história do povo brasileiro. Nos primórdios da República foi a instituição que incorporou ao sistema bancário os novos cidadãos de uma sociedade cada vez mais assalariada e urbana. Em 1930, com Getúlio Vargas, foram instituídos o monopólio das operações de penhores e o financiamento à habitação.

Em 1986 incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assumiu a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico. No mesmo ano tornou-se administradora do FGTS e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Quatro anos depois, em 1990, começou a centralizar as contas vinculadas do Fundo de Garantia, que, à época, eram administradas por mais de 70 instituições bancárias, o que significou segurança e controle para os trabalhadores. Desde 2004 patrocina o esporte paralímpico no país. É o agente responsável pelo PIS e pelo seguro-desemprego.

Em 157 anos de história, a Caixa tornou-se um grande banco. Está em todos os cantos do país, atende toda a população, apesar dos percalços e ataques que sofreu ao longo da história.



Golpes no patrimônio do povo brasileiro

Durante toda sua história, a Caixa sofreu diversos ataques. Os mais recentes tiveram início ainda no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a demissão de cerca de 2.500 trabalhadores logo após a conclusão do estágio probatório. Embora todas revertidas, essas demissões marcaram a quebra da estabilidade no banco público.

Por falta de investimentos, a centralização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos anos 1990, sofreu vários atrasos. Os bancos privados não tinham qualquer controle das contas. Com sistemas precários, os empregados organizaram e unificaram as contas quase que manualmente, uma por uma, dado por dado.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na “era das privatizações”, os ataques foram intensos. O número de caixas executivos foi reduzido, os salários ficaram estagnados, a quantidade de trabalhadores terceirizados aumentou significativamente, criou-se um normativo para demissão imotivada (RH 008), mudou-se o plano de saúde e de previdência. Acabaram com áreas-meio e agências foram fechadas.

A eleição de um governo democrático-popular, alinhado com uma política voltada para os trabalhadores, em 2002, interrompeu os planos de privatização. Após a posse de Dilma Rousseff, surgiram notícias relativas à privatização da Caixa, mas sem avanço.

Em 2016, com o golpe ao povo, o “impeachment” à Presidenta e o retorno do grupo neoliberal ao governo, os planos foram retomados, com muito mais pressa e intensidade. Em pouco mais de um ano, mudaram o Estatuto do banco, anunciaram a troca de bancários concursados por temporários, houve o fechamento de agências, planos e mais planos de demissão voluntária (até novembro foram fechados 6.878 postos de trabalho), o leilão da loteria instantânea (Lotex) e a abertura de capital do braço de seguros do banco.



Abraço simbólico da população diante da ameaça de fechamento de uma agência na capital

A Caixa é o principal agente de política pública habitacional

“A Caixa chega onde nenhum banco quer ir, em cidades pequenas, nas periferias.”

A APCEF/SP entrevistou Evaniza Rodrigues, militante da União Nacional por Moradia Popular há quase 30 anos. Ela foi consultora da presidência da Caixa Econômica Federal quase três anos durante o governo Lula e falou da importância da Caixa para o movimento que luta por moradia digna. Confira:

APCEF/SP - Como você vê o papel da Caixa em nosso país?

Evaniza - A Caixa desempenha diversos papéis importantes para o país. Em primeiro lugar, é a principal ferramenta de políticas públicas de Estado. O governo fica lá em Brasília, não tem representantes nas cidades. É a Caixa que está próxima das pessoas, em cada canto



Evaniza Rodrigues, militante da União Nacional por Moradia Popular há quase 30 anos:

“A população confia na Caixa”

deste país. É por meio da Caixa que as pessoas recebem seguro-desemprego, PIS, bolsa-família, seguro-defeso. A Caixa chega onde nenhum banco quer ir, em cidades pequenas, nas periferias.

Na política habitacional, a Caixa não faz só empréstimo e concessão de crédito. Em todos esses anos de atuação, a Caixa conseguiu desenvolver áreas com capacidade técnica para apoiar os municípios em suas políticas públicas habitacionais, como a Gehab e a Gigov. Só consegui ter essa dimensão quando trabalhei como consultora no banco.

APCEF/SP - Quem mais seria afetado com a abertura de capital da Caixa?

Evaniza - As classes populares, com certeza. Não há interesse dos bancos privados em manter agências que não dão lucro, em cidades pequenas, bairros pobres e afastados de qualquer centro urbano.

A população confia na Caixa, seja para fazer empréstimo seja para guardar um pouco de dinheiro. Sabe que o banco não fecha a porta mesmo para aqueles que querem depositar R\$ 100.

Sem a Caixa, essa população estaria sujeita às arapucas de empresas de má índole. O acesso ao crédito é difícil e existe muita gente mal intencionada, de olho apenas no lucro.

APCEF/SP - O que diferencia a política do banco público e do banco privado na habitação?

Evaniza - A Caixa não apenas empresta dinheiro, mas construiu uma capacidade técnica de auxílio às políticas públicas habitacionais ao longo dos anos que bancos privados não têm. E, pior, não têm interesse em investir nessa área, o que prejudicaria muito as classes populares.

APCEF/SP - Em relação ao FGTS, o que poderia mudar caso a administração seja transferida para empresas privadas?

Evaniza - A Caixa utiliza o patrimônio líquido do FGTS para subsidiar políticas públicas habitacionais, uma garantia que temos por ter a administração centralizada no

banco público. Não sabemos o que seria feito de todo esse dinheiro caso passasse para a iniciativa privada.

Na década de 1990 - quando as contas do Fundo foram centralizadas na Caixa - as contribuições eram depositadas pelas empresas em 76 bancos e não se tinha qualquer controle do que era feito com o dinheiro. Além disso, de tempos em tempos, aparece uma proposta de abocanhar parte desses recursos para sanar déficits dos bancos, como a recente proposta para quitar os consignados. Isso só beneficia o mercado financeiro e dilapida o patrimônio dos trabalhadores.

APCEF/SP - Como você vê o papel do banco público no rumo da economia do país?

Evaniza - Poucos países no mundo possuem um banco com capacidade para interferir e regular o sistema financeiro como um todo. Os bancos públicos foram fundamentais, por exemplo, durante a crise financeira internacional de 2008. Na época, os bancos privados diminuíram a oferta de crédito e elevaram as taxas de juros. A Caixa fez o contrário, com o objetivo de estimular e facilitar o consumo e o investimento. O resultado foi que o Brasil enfrentou aquela crise gerando empregos e sofrendo poucos abalos.

APCEF/SP - Por fim, por que o movimento popular não quer a abertura de capital da Caixa?

Evaniza - Desde a década de 1990, o movimento popular luta ao lado de outras entidades contra a privatização da Caixa pois o banco é o principal agente de políticas públicas habitacionais.

Quem não tem uma moradia adequada não consegue estudar direito, não consegue ter boa saúde. A gente fala que a moradia é a porta de entrada para todos os direitos, porque é a partir daí que você vai ter acesso, ou não, aos demais direitos.

Além disso, a Caixa é fundamental para garantir a efetividade dos programas sociais. Porque, além da habitação, o Bolsa Família, o seguro-desemprego, outros benefícios da seguridade social chegam, por meio da Caixa, em todos os cantos do Brasil.

“É a Caixa que está próxima das pessoas, em cada canto deste país.”

“A Caixa conseguiu desenvolver áreas com capacidade técnica para apoiar os municípios em suas políticas públicas habitacionais, como a Gehab e a Gigov.”

Estão de olho no Saúde Caixa

O Saúde Caixa é muito mais que um benefício de saúde dos empregados do banco público. Embora tenha participação dos usuários em seu custeio, é direito conquistado por todos, com muita luta e negociação, até chegar ao modelo atual, vigente desde 2004.

O plano está presente em todo o país, atende 300 mil vidas, apresenta superávit com valor acumulado de R\$ 670 milhões, até o fechamento do exercício de 2016, e faz a gestão de cerca de R\$ 1,3 bilhão anualmente.

Um produto muito atraente para o sistema privado de saúde, que observa atentamente toda movimentação da direção do banco para transferir aos usuários a maior parte dos custos - o que teve início com a aprovação do novo Estatudo -, para quem sabe, posteriormente, entregá-lo à iniciativa privada.

A junção perfeita entre a sede do setor privado pela carteira e a pressa do governo em transferir o custo do plano de saúde para seus empregados.



O diretor-presidente da APCEF/SP, Kardec de Jesus Bezerra, conversa com aposentados sobre os problemas do Saúde Caixa durante reunião na sede da entidade

Em julho, vazou nas redes sociais minuta de resolução atribuída a órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que impõe limites de custeio, diferenciação por faixa etária, entre outros pontos que podem inviabilizar os serviços de assistência à saúde das empresas públicas.

Em outubro, a direção da Caixa apresentou à Comissão Executiva dos Empregados, em reunião de mesa permanente de negociação, proposta de mudança no modelo de custeio do Saúde Caixa, que estabelece teto de 6,5% da folha de pagamento anual dos empregados da ativa e aposentados como limite de recursos da Caixa para o plano de saúde, com a alegação da necessidade da redução do provisionamento dos benefícios pós-emprego para cumprir o Acordo de Basileia 3.

Em dezembro, a direção da Caixa aprovou a

NÚMEROS DE ENCHER OS OLHOS

Pessoas atendidas	300 mil vidas
Superávit (exercício 2016)	R\$ 670 milhões
Valores administrados	R\$ 1,3 bilhão por ano

nova redação do Estatuto da instituição. No quarto parágrafo do capítulo VIII, mais um ataque ao plano de saúde: “a participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde será limitada ao percentual de 6,5% das folhas de pagamento e proventos”.

As peças estão se movimentando e o mercado está atento e sedento por esta carteira rechonchuda.

Enxerga saúde, previdência e o banco público como ótimos negócios e muitos cifrões. É dinheiro, muito dinheiro!



Encontro na sede da APCEF/SP, em agosto, debateu a situação do plano de saúde dos empregados da Caixa

Vamos analisar o que aconteceria caso o Saúde Caixa deixasse de existir e os empregados da Caixa tivessem de pagar um plano de saúde privado do mercado:

Família

Pai, 50 anos
Mãe, 46 anos
Filha, 18 anos
Filha, 15 anos

Salário na Caixa: R\$ 10 mil



Saúde Caixa

Mensalidade: R\$ 200 (R\$ 2.400 por ano)

Coparticipação: 20% das despesas limitado a R\$ 2.400 por ano

💰 Custo anual = R\$ 4.800,00

Plano de saúde privado I*

Mensalidade:

pai, R\$ 607,26

mãe, R\$ 607,26

filha 18 anos, R\$ 227,54

filha 15 anos, R\$ 227,54

Total mensal = 1.669,60

💰 Custo anual = R\$ 20.035,20

Plano de saúde privado II*

Mensalidade:

pai, R\$ 555,49

mãe, R\$ 483,04

filha 18 anos, R\$ 231,00

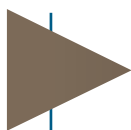
filha 15 anos, R\$ 231,00

Total mensal = 1.500,53

💰 Custo anual = R\$ 18.006,36

**Dados retirados da internet para um plano familiar da Amepplan (tabela 1) e Trasmontano - sem obstetria (tabela 2).*

Importante conquista dos empregados



A assistência médica dos empregados da Caixa nem sempre foi assim. Para se chegar ao patamar de participação e sustentabilidade que existe hoje foram necessárias muitas lutas...

Nos anos 1960, a assistência era por meio do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (Sasse). Com a extinção do Sasse, na década de 1970, foi criado o Programa de Assistência Médica Supletiva (Pams), com modelo de custeio de participação da empresa limitado a 3% da folha de pagamento como dotação orçamentária e participação dos empregados nos custos assistenciais de 10%, 15% ou 20%, conforme faixa salarial. Em 1989 foi elevado para 3,5% da folha, incluídos os encargos trabalhistas.

Nos anos 1990, com a política de reajuste salarial zero e direitos reduzidos para os novos trabalhadores adotada no governo Fernando Henrique Cardoso, a situação agravou-se e, a partir de 1998, os empregados recém-contratados pagavam coparticipação de 50%.

Em 2002, a Caixa implantou o Pams Caixa, que trazia como novidade o pagamento de mensalidade linear de R\$ 38,26, coparticipação unificada em 20% e teto anual de coparticipação de R\$ 400. Mas, o que parecia ser atraente, na verdade, era uma armadilha. Os valores eram intencionalmente baixos para atrair os empregados para participar do plano e, como a direção da Caixa tinha total liberdade para fazer os reajustes, não haveria controle quanto aos aumentos.

Conquistar modelo de plano de saúde em que a patrocinadora mantém o compromisso de arcar com percentual do custo, sem transferi-lo aos usuários, como é o atual, é um grande ganho para os empregados.

Este modelo, vigente desde 2004, estabeleceu participação nas despesas assistenciais da Caixa em 70% e em 30% aos usuários, criação do Conselho de Usuários do Saúde Caixa - composto por empregados eleitos pelos usuários e indicados pela Caixa -, entre outras regras que os planos do mercado não contemplam.

A importância de um plano de autogestão como o Saúde Caixa

A APCEF/SP entrevistou o médico intensivista doutor Albucacis de Castro Pereira, gestor na área de saúde, estudioso em planos de autogestão por RH e consultor na Fenae. Ele fala sobre o modelo do Saúde Caixa, defende que é sustentável e destaca a importância da medicina preventiva que interessa inclusive à empresa, com redução do absenteísmo.

APCEF/SP - Qual a importância de plano de saúde de autogestão?

Albucacis - Os planos de autogestão não objetivam lucro. São constituídos em função de um compromisso social, no qual os seus integrantes e a empresa administram o programa de assistência à saúde atendendo a população ativa, aposentados e pensionistas. Proporcionam gestão mais próxima do usuário, podendo entender melhor a demanda desse público e adequar a oferta de produtos e programas, com maior efetividade, proporcionando mais qualidade de vida.

Em empresa com autogestão em saúde, o número limitado de usuários pode aumentar o risco de insuficiência financeira no caso de eventos de alto custo. Entretanto, o Saúde Caixa, particularmente, contempla número de vidas considerável, o que faz com que seja um plano altamente sustentável, procurando ter um baixo custo para a empresa e seus empregados.

Entre os quase 300 mil usuários do Saúde Caixa, 14% são pessoas acima de 60 anos, isso é bastante significativo com relação ao mercado. Com isso, o plano dos empregados da Caixa cumpre o papel social, atende o aposentado

possibilitando o acesso à assistência à saúde por custos muito menores que o privado.

APCEF/SP - O atual modelo de custeio do Saúde Caixa é sustentável?

Albucacis - O modelo de custeio do Saúde Caixa, vigente desde 2004, em que a empresa contribui com 70% e os usuários com 30% das despesas assistenciais, é altamente sustentável. As projeções atuariais, mesmo pessimistas, mostram que há superávit até 2020.

O sistema de gestão do Saúde Caixa pode, ainda, ser aperfeiçoado com investimentos fortes em medicina preventiva e promoção à saúde de seus usuários e há recursos para isso. É capaz de ter, também, programas de identificação de riscos mais eficazes, com atuação preventiva para grupos específicos e programas adequados às suas necessidades, melhorando a qualidade de vida



Albucacis de Castro Pereira, gestor na área de saúde, estudioso em planos de autogestão por RH e consultor na Fenae

dos empregados, aposentados e seus dependentes, e reduzindo o custeio a médio e longo prazo.

APCEF/SP - Qual a importância do trabalho da medicina preventiva?

Albucacis - São diversos fatores que devem ser analisados para entender a importância da medicina preventiva. Para que o plano de saúde seja sustentável, é necessário diminuir a frequência e a incidência de eventos desnecessários, para que haja redução na sinistralidade. A forma mais eficiente de fazer com que isto ocorra é investir em medicina preventiva e promoção à saúde. A diminuição dos custos com doenças no curto e longo prazo são resultado desta medicina preventiva.

A atenção na saúde primária também é essencial para frear os custos dos planos de saúde. Por exemplo, hoje há um número elevado de internações evitáveis como gastroenterites, hipertensão arterial, doenças cerebrovasculares, insuficiência cardíaca, infecções no rim e trato urinário, diabetes melitus, entre outras. Estudos mostram que a porcentagem de internações evitáveis está entre 20% e 25%.

APCEF/SP - Quais os principais benefícios para o trabalhador que participa do Saúde Caixa?

Albucacis - O Saúde Caixa é um plano de autogestão, portanto, é um sistema de assistência à saúde com o objetivo social. Atende a coletividade fechada de empregados e dependentes, ativos e aposentados da Caixa. O Saúde Caixa não objetiva lucro e é custeado pela participação da empresa e dos titulares, podendo direcionar os recursos para maior eficiência de gestão.

Como se trata de coletividade fechada, outras vantagens são a flexibilidade com relação à agilidade dos serviços - como na autorização de internação -, e o custo final do plano de saúde, que é consideravelmente menor que o de empresas que utilizam outras modalidades de planos no mercado.

APCEF/SP - Porque o senhor afirma que o Saúde

Caixa tem alcance mais social e, ao mesmo tempo, é financeiramente viável?

Albucacis - A organização de um sistema de saúde deve objetivar o social. Isto só é possível em sistema com mutualismo e progressividade, no qual os titulares poderão usufruir mesmo após a aposentadoria, com a garantia de que a cobrança será sempre proporcional à renda de cada um, independente do tamanho do grupo familiar e da faixa etária dos participantes. Isso porque os custos são socializados, ou seja, quem ganha salário maior paga valor maior, os participantes nas faixas etárias menores utilizam menos o plano e os grupos familiares menores ou os individuais compensam os grupos maiores. Assim o plano torna-se inclusivo e sustentável.

APCEF/SP - Como o senhor analisa a atual situação do Saúde Caixa mediante a alteração do modelo de custeio imposto pelo governo?

Albucacis - Não vejo, no momento, a necessidade de ter sido aprovada alteração no modelo de financiamento do Saúde Caixa.

Todo sistema de saúde deve ser reavaliado anualmente com vista a médio e longo prazo, porém a mudança que a patrocinadora impôs tem como objetivo livrar-se gradualmente da responsabilidade, transferindo todo o custo, com o passar do tempo,

para os empregados. Isso pode ter como consequência a insustentabilidade do plano, talvez em curto espaço de tempo, pois os custos da saúde crescem sempre acima do índice de referência para o reajuste dos salários (INPC).

Ao estabelecer teto para a contribuição da Caixa, com base em percentual de folha de pagamento, fatalmente, no momento em que esse teto for atingido, o ônus para os participantes será cada vez maior, inviabilizando o plano.

** Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Caixa aprovou nova redação para o Estatuto do banco público, que alterou o modelo do custeio do Saúde Caixa.*

“Os planos de autogestão, como o Saúde Caixa, não objetivam o lucro, muito diferente do que pratica o mercado da saúde existente em nosso país.”

Porque defender o Saúde Caixa

O Saúde Caixa é diferente de plano de saúde privado - que visa ao lucro -, e da saúde pública - que depende dos investimentos e orçamentos públicos.

O plano de saúde dos empregados da Caixa é uma autogestão, com o único objetivo de fazer frente às despesas de saúde dos empregados e seus dependentes (veja na entrevista exclusiva, pág. 16).

De acordo com o médico Albucacis de Castro Pereira, clínico geral, médico intensivista, gestor na área de saúde e consultor na Fenae, o Saúde Caixa é um bem maior e social que atende coletividade própria e restrita dos empregados da Caixa e seus dependentes. Neste modelo, tanto criança quanto idoso recebem o mesmo atendimento, sem diferenciação de cobertura ou valores.

“É importante que os usuários enxerguem todos os benefícios que há no Saúde Caixa e percebam que não receberão isso em nenhum outro plano. Os empregados da Caixa devem conhecer cada vez mais o funcionamento do Saúde Caixa para compreender o grandioso bem que tem nas mãos, zelar e defender este plano como ele é”, reforça o médico.

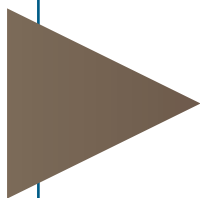
A chamada indústria da doença - formada por laboratórios, empresas, planos de saúde - e a mídia hegemônica são parceiras nas divulgações de problemas no sistema público de saúde, enquanto o caos do setor privado é escondido, tentando convencer a população de que o sistema privado é a melhor opção.

Este é o cenário no qual a saúde é apenas negócio, mercado e lucro. Não há preocupação com o “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças”, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde.

E é para este lugar que a direção da Caixa pretende empurrar os usuários do Saúde Caixa.



Estão de olho na **Funcef**



Os mesmos que estão de olho no Saúde Caixa e na Caixa também visam à Funcef. E este interesse não é à toa.

O sistema de previdência complementar fechada administra R\$ 814 bilhões em patrimônio, conta com mais de 2,5 milhões de participantes ativos, que ainda estão contribuindo, e paga R\$ 42 bilhões por ano a 750 mil aposentados. Contando os participantes diretos e indiretos, que incluem dependentes e familiares, tem alcance de mais de 7 milhões de pessoas.

Juntos, o valor que os fundos fechados brasileiros administram representa 12,7% do PIB nacional. Somente os três maiores fundos, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa), possuem 38,2% da soma.

Em 2017 a Funcef, terceiro maior fundo do sistema, chegou aos 40 anos de existência com 136 mil participantes e R\$ 58 bilhões em ativos de todos os planos que administra.

O patrimônio cresceu 600% ao longo das duas últimas décadas, mesmo diante de difíceis conjunturas econômicas e dos desafios impostos pelos governos e pela própria direção da Caixa, a patrocinadora.

Ao contrário do que o governo e a direção da Caixa sedimentam, a Funcef ainda é o melhor caminho para o trabalhador buscar um futuro mais tranquilo. Para cada real do empregado, a patrocinadora deposita outro real, não há no mercado outra ferramenta com a capacidade de dobrar o capital desta forma e em tão pouco tempo.

Os planos de benefícios têm metas anuais de rentabilidade. Em 2016, o Novo Plano rendeu 12,37%, pouco abaixo da meta, que era de 12,58%. O REB, por sua vez, obteve valorização de 9,54%, em lugar dos 12,48% esperados. Descontada a inflação

NÚMEROS DE ENCHER OS OLHOS	
Valor administrado pela previdência complementar	R\$ 814 bilhões
Participantes ativos	2,5 milhões
Valor dos pagamentos anuais	R\$ 42 bilhões
Pessoas alcançadas	7 milhões

no período, que foi de 6,58%, o ganho real, em média, foi próximo de 5%.

A Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) realizou estudo em 2017 que mostra que o benefício mensal pago pelos fundos é 238% maior do que na previdência privada. Por isso, o interesse da iniciativa privada.

Assim, bancos privados e seguradoras, para conseguir colocar mãos em um patrimônio tão

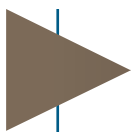
grande, atacam o sistema e a Funcef em diversas frentes. E cair nas garras de uma instituição privada não é um bom cenário, já que ela passaria a defender seus próprios interesses e não os dos participantes.

O melhor caminho para fugir deste risco é melhorar a governança, fazer com que a Funcef passe a agir com transparência e realizar mudanças como o fim do voto de desempate e discussão da política de investimentos, por exemplo.



Durante todo o ano de 2017, a APCEF/SP realizou reuniões em agências e áreas-meio em defesa do fundo de pensão dos empregados da Caixa

40 anos do fundo de pensão



A Fundação dos Economiários Federais (Funcef) nasceu em 1977 com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho daquele ano. Ela é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

■ 1977

Publicação da Lei n.º 6.435, que regulamentou o funcionamento das entidades de previdência privada no país. A Funcef foi criada em 1º de agosto do mesmo ano e, logo em seguida, o plano REG.

■ 1979

Criado o Replan, na prática, alteração do REG. Estabelecimento de idade mínima de 55 anos para o benefício integral e limite de três tetos do INSS.

■ 1998

O plano REG/Replan fecha a novas adesões.

Imposição do plano de benefícios REB, na modelagem de contribuição variável, para os empregados admitidos a partir de 5 de agosto e para os empregados da Funcef.

■ 2001

Aprovação das Leis Complementares 108 e 109 que estabelecem padrão de governança, modalidades dos planos e criação dos institutos: Resgate, Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido e Autopatrocínio.

■ 2002

Assim como em 1998, a Funcef tentou impor alteração regulamentar do plano REG, com a migração dos participantes e assistidos do Replan para o REB. O processo, no entanto, não foi concretizado em razão de campanha contrária dos empregados e de contestações judiciais.

Alteração do Estatuto da Funcef, adequando-o à nova legislação da previdência complementar constituída pelas Leis Complementares nº 108 e 109 de 29 de maio de 2001.

Eleição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do fundo de pensão.

■ 2003

Criado um grupo de trabalho tripartite (Caixa, representação dos participantes e Funcef) para produzir a proposta de Saldamento do plano REG/Replan e da instituição do Novo Plano.

Ocorre a negociação entre Caixa e representantes dos empregados relativa ao pagamento da dívida da Caixa, com extinção das ações judiciais. Houve divergência em relação ao desconto para pagamento imediato. A dívida é quitada, com pagamento das parcelas vencidas. Os recursos recebidos pela Funcef foram utilizados na adequação dos planos aos institutos de Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocínio e Resgate; retirada do limite de 55 anos de idade para a concessão de benefício programado de renda vitalícia; e alteração da tábua de mortalidade.

■ 2006

Autorizada a transferência dos saldos de conta do plano de benefícios REB para o Novo Plano ou para o REG/Replan.

Aprovação do Novo Plano e das regras de Saldamento do REG/Replan em junho de 2006. A data-base do Saldamento foi 31 de agosto e, a partir de 1º de setembro, o Novo Plano é oferecido aos empregados da Caixa.

Eleição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do fundo de pensão.

■ 2007

Aprovação do novo Estatuto da Funcef, vigente a partir de 1º de agosto, com novas regras de governança, em particular: paridade na composição da Diretoria Executiva (três diretores indicados pela patrocinadora - Caixa - e três eleitos pelos participantes e assistidos), bem como a introdução da necessidade de quórum qualificado para alterações de estatuto, regulamentos dos planos, retirada de patrocínio e investimentos acima de 2% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

Aprovação de alteração no Novo Plano, permitindo o pagamento de benefícios aos assistidos do ex-PMPP (aposentados e pensionistas antes da criação da Funcef) bancados pela Caixa.

■ 2007 a 2010

Planos têm rentabilidade elevada e diversificação de investimentos e aplicações.

Janeiro de 2007: 3,54%

Janeiro de 2008: 5,35%

Janeiro de 2010: 1,08%

Janeiro de 2011: 2,33%

■ 2008

Aprovada alteração no REG/Replan, no artigo 115 que trata da constituição do Fundo de Revisão do Benefício Saldado (utilização de até 90% do resultado dos investimentos que exceder a meta atuarial para reajustes, antes o limite era 50%).

■ 2010

Processo eleitoral da Funcef.

■ 2011 a 2014

Queda na atividade do país. Os planos têm rentabilidade inferior à meta atuarial. Primeiro déficit a ser equacionado no REG/Replan Saldado.

■ 2014

Eleição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do fundo de pensão.

■ 2015 a 2016

Recessão econômica se aprofunda, o PIB cai: - 3,8% em 2015 e - 3,5% em 2016. Primeiro equacionamento do REG/Replan. Do Não Saldado, o primeiro equacionamento ocorreu em 2015 com contribuições extraordinárias previstas para dezembro de 2017.

■ 2016

Início da contribuição extraordinária.

■ 2018

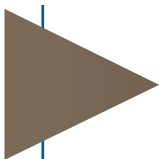
Hoje, a Funcef é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Seu patrimônio ativo total é superior a R\$ 58 bilhões, com aproximadamente 137 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes.



O fundo de pensão dos empregados da Caixa sempre foi uma preocupação dos trabalhadores e é um dos itens debatidos incansavelmente nos Congressos Nacionais. Na foto, o 32º Conecef realizado em 2016

Golpes no patrimônio dos empregados da Caixa



A Funcef, assim como os demais fundos de pensão do país, está sob ataque. As ameaças estão vindo de diversos lados, inclusive por parte da própria Caixa.

Uma delas veio por meio da PEC 268, ainda em tramitação na Câmara Federal. A proposta quer mexer com a representação dos trabalhadores nos fundos de pensão. Prevê eliminar a eleição de diretores das entidades que são patrocinadas por empresas e órgãos públicos e também reduzir a um terço a representação dos participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

De acordo com o texto, as vagas tiradas dos verdadeiros donos dos fundos de pensão - os participantes - serão entregues a conselheiros “independentes” e a diretores contratados no mercado por “empresas especializadas”.

Hoje, os fundos de cada empresa, pública ou estatal, contam com administração compartilhada entre representantes dos empregados participantes e do empregador, 50% de cada. Com o PEC 268, “a raposa passaria a tomar conta do galinheiro”.

A reforma da Previdência (PEC 287), também pode ser incluída na lista de ameaças, já que os fundos de pensão podem ser considerados um complemento da previdência pública.

Mesmo com alto índice de desemprego e crise econômica, os planos de previdência privada cresceram 9,5% de janeiro a novembro de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015, isso sem que a reforma tenha sido aprovada. Ao mesmo tempo, a imagem dos fundos fechados sofreu um abalo com o relatório da CPI dos Fundos de Pensão, que acabou criminalizando o ganho real dos participantes.

Subsídio - Os problemas com o contencioso são também questões a serem avaliadas. Mais do que a desvalorização de investimentos, o

NÚMEROS DE ENCHER OS OLHOS	
Total de participantes na Funcef	136 mil
Ativos administrados	R\$ 58 bilhões

passivo judicial gerado por causas trabalhistas contra a Caixa é hoje o principal fator de déficit nos planos da Funcef. Pelo menos 16 mil ações tramitam na Justiça para revisar benefícios dos participantes e forçaram a Fundação a provisionar R\$ 2,4 bilhões em 2016. São ações movidas pelos empregados contra o banco e motivadas, em sua maioria, por horas extras, perdas de função e CTVA.

O maior impacto disso dá-se no REG/Replan Saldado. O passivo gerado pela Caixa equivale a 18% do déficit contabilizado referente a 2016 na modalidade Saldada. O valor provisionado chegou a R\$ 2,5 bilhões em junho, uma diferença de 6,17% em comparação com o registrado no Balanço Anual de 2016. Além disso, as ações

judiciais classificadas como “perda possível” - com probabilidade de execução avaliada pela Fundação em 50% - saltaram 20,4% na primeira metade do ano e já somam R\$ 15,3 bilhões (considerados todos os planos), seis vezes mais que o provisionado. No REG/Replan Não Saldado a perda provável representa 25% do déficit.

Atualmente, a Fenae e outras entidades representativas dos trabalhadores estão realizando a campanha Contencioso: essa dívida é da Caixa como forma de pressionar o banco a assumir sua responsabilidade e arcar com esse passivo.

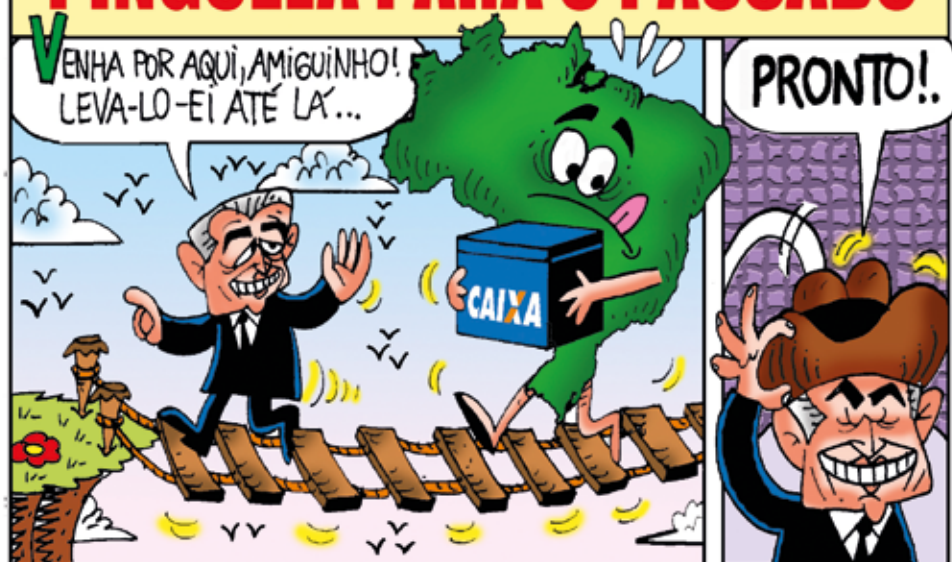
Já aconteceram negociações nas quais a Caixa aceitou a responsabilidade por causas menores, mas temas como o CTVA continuam sendo ignorados pelo banco.

CONTENCIOSO entenda porque é **VOCÊ QUEM PAGA** essa conta



Fonte: Revista Entenda o Contencioso, uma dívida que é da Caixa, Fenae, outubro/17

PINGUELA PARA O PASSADO



www.marciobaraldi.com.br

Expediente

Diretor-presidente

Kardec de Jesus Bezerra

Diretora de Relações Sindicais, Sociais e Trabalhistas

Ivanilde Moreira de Miranda

Diretor Administrativo-Financeiro

Leonardo dos Santos Quadros

Diretor de Patrimônio

Edvaldo Rodrigues da Silva

Diretor de Interior

Carlos Augusto Silva

Diretor Social-Esportivo

Arnold Reigota Perez

Diretor Cultural

Renato Fernandes

Diretor Jurídico

Glauber Noccioli de Souza

Diretora de Imprensa

Claudia Fumiko Tome

Diretora de Aposentados

Elza Vergopolem

Diretores-executivos

Antônio Julio Gonçalves Neto

Márcio Rogério Troya

Sérgio dos Santos Cabeça

Secretário de Assuntos Socioeconômicos

Josmar da Silva Correa

Secretário de Comunicação e Mídias Sociais

Flávio Bernardes da Silva

Secretário de Direitos dos Bancários

Anibal Martins Diniz Júnior

Secretário de Direitos Previdenciários

Valter San Martin Ribeiro

Secretário de Políticas Sociais

André Dias Cambráia Sardão

Secretário de Formação

Amauri Nogueira da Cruz

Secretária de Mulheres Trabalhadoras

Inez Galardinovic

Secretário de Turismo e Lazer

Renato Perez

Secretária de Qualidade de Vida

Rosa Maria Ferreira Oliveira

Secretária de Responsabilidade Social

Selma Aparecida Alves

Secretário de Saúde

Jair dos Santos

Textos

Luana Arrais, Raissa Torres,

Raquel Benini e Tania Volpato

Capas, ilustrações e edição de arte

Claudia Bertholo Trier e

Marcelo Luiz de Almeida

Ilustração da capa

Mariana de Souza Waechter Bastos

Impressão

Bangraf

Tiragem

15 mil exemplares

Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo (APCEF/SP)

Rua 24 de Maio, 208, 10º andar,

República, São Paulo

(11) 3017-8300

imprensa@apcefsp.org.br

www.apcefsp.org.br

Distribuição gratuita





APCEF/SP

Lutando pelos seus direitos



www.apcefsp.org.br



(11) 3017-8300



[/apcefsp](https://www.facebook.com/apcefsp)



[@apcefsp](https://twitter.com/apcefsp)



[@apcefsp](https://www.instagram.com/apcefsp)



[apcefsp_videos](https://www.youtube.com/apcefsp_videos)